

Edição de 02 de março de 2021



Atos do Poder Legislativo

Nº 14.120, de 1º de março de 2021, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974; transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); e dá outras providências.". Trata-se da sanção do PLV 42/2020 (MPV 998/2020), com veto (Foco: MPV do consumidor de energia elétrica).

Leis

Nº 14.121, de 1º de março de 2021, que "Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população.". Trata-se da sanção do PLV 43/2020 (MPV 1003/2020), vetado parcialmente (Foco: Adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility).

Atos do Poder Executivo

Medida Provisória

Nº 1.034, de 1º de março de 2021, que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.".





Decreto

Nº 10.638, de 1º de março de 2021, que "Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.".

Presidência da República

Nº 55, de 1º de março de 2021, que informa as razões do veto ao PLV 42/2020 (MPV 998/2020), a MPV do consumidor de energia elétrica.

Mensagens

Nº 56, de 1º de março de 2021, que informa as razões do veto ao PLV 43/2020 (MPV 1003/2020), sobre a adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.

Ministério da Economia

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Portaria

Nº 10, de 19 de fevereiro de 2021, que "Institui equipe nacional de auditoria de créditos oriundos de ações judiciais em declarações de compensação referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.".



Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/sinopse-assuntos-legislativos/#sinopse-assuntos-legislativos-no-1522020%20

SINOPSE D.O.U. | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9588 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993. sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.